

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 7 de julho de 2000

Ano 2 Nº 33

## CPI do Narcotráfico continua a reunir-se durante o recesso

**A** pesar do recesso parlamentar de julho, a CPI que investiga no âmbito estadual o narcotráfico e o crime organizado, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), vai continuar realizando suas reuniões semanais nas segundas e quintas, em conjunto com a força-tarefa da Comissão durante todo o mês. A decisão foi tomada em reunião nesta quinta-feira (6).

Além das reuniões, as investigações também terão prosseguimento sem interrupções, porém apenas a partir de agosto é que serão retomados os depoimentos de testemunhas. Está prevista para o início daquele mês uma reunião na região Oeste do Estado, que está sendo organizada pelo deputado Pedro Uczai (PT).

Segundo o parlamentar petista, no Oeste, mais especificamente em Chapecó e nos municípios vizinhos, existem muitas denúncias referentes ao crime organizado, como o roubo de veículos, caminhões e cargas. "Se existe relação entre estes delitos e o tráfico de drogas, que também é muito grande, iremos descobrir através dos depoimentos das testemunhas", disse.

Ainda em agosto, os integrantes da CPI retornam a Joinville para a realização de novas investigações e tomadas de depoimento, com o objetivo de elucidar "um caso pendente". Este caso seria o possível envolvimento de um empresário muito conhecido na região Norte com o narcotráfico e o crime organizado.



Trabalhos prosseguem em julho

**Prisão preventiva** - Blasi também referiu-se à prisão preventiva do ex-policial civil Handerson Laerte Martins, solicitada pelo juiz da Comarca de Tijucas, Wilson Fontana, que deverá ficar detido na sede do Deic em Florianópolis. Martins foi denunciado por abuso de autoridade contra o preso Márcio Umbelino quando era diretor do presídio local.

O juiz cita em seu despacho a reunião que a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado realizou recentemente em Tijucas,

procurando esclarecer, entre outros assuntos, a "passagem obscura do denunciado pela Comarca". O envolvimento do ex-policial com delinquentes locais foi confirmado pela testemunha Sérgio Hang em depoimento à CPI.

O juiz Wilson Fontana argumenta ainda que a prisão de Handerson Martins é totalmente conveniente para a efetiva instrução do processo criminal. "Somente preso o acusado é que as testemunhas poderão ter tranquilidade ao prestar novos depoimentos. Ademais, um dos crimes atribuídos ao acusado é equiparado aos crimes hediondos, insuscetíveis de fiança, anistia ou indulto, sendo a prisão cumprida desde o início em regime fechado", concluiu.

(fotos Maria do Carmo Kravchynchyn)

**Legislativo encerra semestre aprovando LDO**

página 6

**Deputados visitam presídios em todo o Estado**

página 4

**Comissão do OR percorre regiões durante recesso**

página 8

## OPINIÃO

### Um novo desafio para o Legislativo



No final do mês de junho, a Assembléia Legislativa provou mais uma vez que os grandes temas de interesse da população catarinense sempre fizeram por merecer a atenção e o debate sério e transparente pelos parlamentares. Após inúmeros pedidos e denúncias apresentadas por segmentos da sociedade, esta Casa decidiu instalar uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) que, num prazo de 90 dias, inspecionará a situação dos presídios e das casas de internação de menores em Santa Catarina.

É de conhecimento público a trágica realidade do sistema prisional catarinense, a exemplo do que ocorre em muitos estados brasileiros. Superlotação, corrupção, tráfico de drogas, fuga em massa e denúncia de maus tratos pelos presos são alguns dos problemas rotineiros verificados dentro do sistema. O que teoricamente deveria servir como um lugar de recuperação de criminosos, na prática transformou-se num ambiente

extremamente violento e desumano.

Por esse motivo e disposta a alterar um pouco esse quadro, a CPE, sob a presidência deste deputado, pretende percorrer as principais regiões catarinenses visitando presídios, conversando com presos, funcionários e autoridades da área de segurança pública. A partir do diagnóstico que fará ao final dos trabalhos, a Comissão quer dar a sua contribuição sob forma de um projeto voltado à melhoria do sistema prisional.

O primeiro passo foi dado no dia 5 de julho, quando a CPE realizou uma reunião com representantes de entidades ligadas aos direitos humanos e que prestam serviços assistenciais em presídios. Nossa primeira decisão foi formar um grupo de apoio permanente, que fornecerá dados e informações aos membros da Comissão.

Tenho certeza de que após o recesso a CPE dos Presídios, como vem sendo chamada, cumprirá um trabalho honesto, participativo e fundamental para o desenvolvimento social do nosso Estado.

**Deputado Manoel Mota (PMDB)**

### Cidadania em formação



Aprovado em Plenário na Assembléia Legislativa nesta quarta-feira (5), está prestes a virar lei o nosso projeto que acrescenta ao artigo 29 da Lei Complementar nº170/98, no qual são definidos os currículos básicos do ensino fundamental e médio, um item de novo conteúdo: ética e cidadania, através de trabalho voluntário a ser prestado como extensão das atividades de classe.

Apesar da velada e incompreensível resistência de opositores, entendeu bem o legislador a nossa intenção de oferecer aos cursos médios uma qualidade de ensino que não só prepare o aluno para o vestibular, mas que seja capaz de formar pessoas com capacidade para vencer obstáculos curriculares e tendo, ao mesmo tempo, sabedoria e sensibilidade para intervir na sociedade.

O jovem, cidadão em formação, é o mais efetivo e potencial agente das mudanças que o País precisa a partir, acreditamos, de uma mudança de mentalidade. Esta, à qual se seguirão todas as outras, só virá, temos certeza, pela mudança de atitude, a partir do momento em se que estabeleça na sociedade uma cons-

ciência realmente cidadã.

Sempre há quem não goste de pensar, efetivamente, em mudanças, mas todos sabemos que os governos, que têm o papel de indutores das políticas públicas, não conseguirão sozinhos, por mais eficazes que sejam, a capilaridade necessária para diminuir as diferenças. É possível até que sigam com seus defeitos, que não irão resistir por muito tempo, por certo, a uma sociedade que se organize.

Atualmente apenas 7,5% dos jovens brasileiros atuam em trabalho voluntário, quando nos Estados Unidos o percentual chega a 60%. Se o brasileiro em geral não tem difundida esta mentalidade, foi porque legisladores, ao longo do tempo, em nome da legislação trabalhista, inibiram esse tipo de trabalho, em que o principal componente é a grandeza de espírito.

Hoje, depois de muita luta, temos finalmente uma lei federal, de nossa autoria, que identifica, separa, promove e protege o trabalho voluntário. E não é lei assistencial, tem o cidadão como agente. Precisamos, somente, difundir-la e empregá-la. O trabalho voluntário é o mais eficaz instrumento para forjar a nova mentalidade de serviço e cidadania.

**Deputado Paulo Bornhausen (PFL)**

#### Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)  
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
 imprensa@alesc.sc.gov.br

#### Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi  
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Margareth Genovez  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

**ESPECIAL**

# Presidente diz que semestre foi positivo

***Knaesel destacou a aprovação da lei orgânica do Ministério Público estadual, o que coloca Santa Catarina numa posição privilegiada, sendo um dos poucos estados do País a ter essa lei***



(foto Jonas Lemos Campos)

Presidente Gilmar Knaesel

**E**m entrevista coletiva nesta quinta-feira (7), último dia de atividades do Legislativo antes do recesso, o presidente Gilmar Knaesel (PPB) avaliou como positivo o balanço dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia neste semestre. No total foram realizadas 70

sessões ordinárias, 11 extraordinárias, 9 solenes e 5 especiais.

Disse que o atraso nas atividades durante o mês de março foi em razão da apreciação de 87 vetos que ficaram pendentes do final do ano passado, o que limitou a pauta de votações. Entre os mais

de 200 projetos aprovados, Knaesel destacou a aprovação da lei orgânica do Ministério Público estadual, o que coloca Santa Catarina numa posição privilegiada, sendo um dos poucos estados do País a ter essa lei. De origem governamental, citou o Simples, aperfeiçoado pelos deputados, o Prodec e o Refis.

Além das leis aprovadas, Knaesel destacou a atuação do Legislativo em assumir assuntos de interesse de todo o Estado, que foram intermediados pela Alesc, como a greve do magistério estadual e audiências públicas.

As Comissões Técnicas também tiveram destaque, pois realizaram neste semestre amplos debates sobre variados temas. A CPI do Narcotráfico e a CPE dos Combustíveis demonstraram, segundo o presidente, a coragem do Legislativo estadual em apurar irregularidades que afetam diretamente a sociedade catarinense.

## Procurador relata atividade do Ministério Público

**O** procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, esteve nesta quarta-feira (5) na Assembléia para relatar as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Estadual no período 1999/2000 em Santa Catarina. A apresentação anual das ações da instituição está prevista no texto constitucional do Estado aprovado em 1989.

Revelou que em 1999 o Ministério Público ajuizou 17.787 ações penais, participou de 91 mil audiências cíveis e criminais, emitiu 157.600 pareceres, realizou 10.551 transações penais e registrou 89.983 atendimentos. Já os procuradores que atuam em segunda instância no Tribunal de Justiça emitiram durante o ano passado 13.380 pareceres, 35% a mais do que em 1998.

Comentou que a instituição executou uma série de programas, destacando Proteção aos Mananciais de Abastecimento Público, Preservação Ética dos Serviços de Saúde e Proteção ao Consumidor de Produtos de Origem Animal, e que foram realizadas ações com órgãos públicos em defesa da moralidade.

Citou, ainda, que estão em fase de implantação os programas Promotorias da Coletividade, Combate ao Crime Organizado e à Macrocriminalidade, Proteção do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Combate ao Trabalho Infantil e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Combate à Desnutrição de Crianças e Gestantes.



(foto Jonas Lemos Campos)

Procurador-geral Alberton

## COMISSÕES

# CPE dos Presídios forma Comissão Especial

Os secretários da Justiça, Paulo Cesar Ramos de Carvalho, da Segurança Pública, Antenor Chinato, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Walmor Backes, foram os grandes ausentes na primeira reunião da Comissão Parlamentar Externa (CPE) da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), para

investigar a situação do sistema carcerário estadual. Eles haviam sido convidados para, em conjunto com representantes de entidades privadas ligadas aos direitos humanos, discutir nesta quarta-feira (5) as atividades a serem desenvolvidas pelos integrantes da Comissão em todo o Estado.

Compareceram apenas os repre-

sentantes do Conselho Estadual de Serviço Social, Edi Mota de Oliveira, do Conselho Estadual de Psicologia, Paulo Shiro Matsuo, da Pastoral Carcerária, Padre Ney Brasil Pereira, da Secretaria da Família, Flávio Antônio Bernardes, e da OAB, Dorian Marinho. Um integrante de cada uma dessas entidades irá participar de uma comissão de apoio destinada a fornecer subsídios aos parlamentares que integram a CPE em suas visitas a presídios e na investigação de denúncias.

Ao contrário da força-tarefa da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, essa comissão de apoio não vai acompanhar as atividades dos deputados no interior de Santa Catarina. Se houver necessidade, será indicado um representante local de cada entidade para acompanhar as visitas dos parlamentares a cadeias, presídios ou instituições que abriguem menores infratores.

As atividades efetivas da CPE já iniciaram nesta quinta-feira (6) com reunião na Câmara Municipal de Araranguá, seguida de uma visita ao presídio local, e em Criciúma, com igual programa. Os deputados voltam a se reunir na Assembleia apenas nos primeiros dias de agosto, para traçar novas diretrizes de ação.



(foto Alberto Neves)

Representantes de entidades reúnem-se com deputados

## Investigações continuam

*CPE pode retomar audiências para forçar redução dos preços dos combustíveis*

Aguardando a apresentação de denúncias pelo Ministério Público à Justiça em relação às 18 regiões onde os postos de gasolina estão sendo investigados, a CPE dos Combustíveis, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB), pode retomar as audiências para pressionar a redução nos preços desses produtos. Segundo o parlamentar, somente com a pressão do consumidor, do MP e da própria CPE os preços podem voltar à normalidade: R\$ 1,35 no interior e R\$ 1,32 no litoral. Atualmente, segundo dados da Comissão, o litro da gasolina chega a R\$ 1,54.

Goetten informou que nesta quarta-

feira (5), conforme o Diário Oficial da União, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça abriu inquérito administrativo contra 53 varejistas de Blumenau e todos os comerciantes do ramo instalados em Florianópolis, que terão que explicar às autoridades federais a possível formação de cartel e o preço abusivo. "A CPE vai continuar vigilante, acompanhando a movimentação do Ministério Público em cada uma das 18 regiões de Santa Catarina. Estamos atentos também ao comportamento dos postos neste momento em que se fala em aumento do álcool e da gasolina", declarou.

## Mais uma CPE

Os deputados Júlio Garcia (PFL) e Ronaldo Benedit (PMDB) foram eleitos presidente e relator, respectivamente, da Comissão Parlamentar Externa (CPE) que tem por finalidade investigar as denúncias de irregularidades no processo licitatório de construção da barragem do Rio São Bento, em Siderópolis, no Sul do Estado. A acusação é de superfaturamento no contrato, orçado em R\$ 27 milhões em 98 e aditado no ano seguinte em função de alterações no projeto, que elevaram o custo para R\$ 50 milhões. A OAS, empresa vencedora da licitação, acabou reduzindo o custo para R\$ 37,2 milhões.

Segundo o presidente, a CPE deve se reunir nos próximos dias para definir o cronograma de trabalho.

## PLENÁRIO

# Projeto altera concessão de bolsas de estudo

**A**pós intenso debate na reunião da Comissão de Justiça desta terça-feira (4) em torno do Projeto de Emenda Constitucional nº 05/00, que altera o artigo 170 da Constituição Estadual, os deputados aprovaram, na sessão vespertina, a sua admissibilidade, possibilitando sua análise quanto ao mérito. O projeto é de autoria dos deputados membros da Comissão Temporária Especial Externa, presidida por Jorginho Mello (PSDB), tendo como relator Pedro Uczai (PT). O objetivo da criação desta Comissão foi fiscalizar a concessão de bolsas de estudo, em razão das mais de 800 denúncias de fraudes nas universidades do sistema Acafe no Estado. Uma ampla discussão em audiências públicas envolvendo universidades, estudantes e o Ministério Público concluiu pela urgência em alterar a forma de concessão dessas bolsas. Diversos reitores participaram da reunião, bem como estudantes universitários, que se manifestaram através de faixas solicitando a aprovação desse projeto e também do Projeto de Lei Complementar 011/00, que altera a Lei Complementar 180, que regulamenta o artigo 170 da Constituição do Estado.

A proposta legislativa da Comissão Especial tem basicamente cinco modificações: extingue o trabalho voluntário que deveria ser prestado pelos estudantes beneficiados com a bolsa,



(foto Jonas Lemos Campos)

Estudantes universitários pedem aprovação do projeto

sendo substituído por bolsa de extensão; as verbas previstas no artigo 170 não poderão ser destinadas para crédito educativo, garantindo dessa forma 100% da verba para bolsas de estudo, pesquisa e extensão; institui nas universidades critério único de concessão de bolsas, que será aplicado por uma comissão específica; as comissões específicas formarão Comissões Consultivas de representantes de turma, que irão colaborar na fiscalização do processo de

seleção dos alunos; e o aluno que fraudar documentos fica automaticamente excluído de futuras inscrições e terá que devolver para a universidade os valores recebidos indevidamente.

“Essas alterações são a única forma de acabar com as fraudes”, afirmou Uczai, que manifestou sua preocupação em votar o projeto antes do recesso parlamentar, considerando que já no mês de agosto vai ocorrer a seleção dos alunos contemplados para o segundo semestre letivo.

## Fornecimento de água por caminhões-pipa

**A**Casan fica obrigada a fornecer água potável à população com caminhões-pipa sempre que houver a interrupção no fornecimento normal. É o que estabelece o projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), aprovado pelo Plenário. Pelo projeto, os caminhões-pipa que estiverem realizando serviços nessas circunstâncias deverão conter identificação da Casan, bem como placa explícita da pane ou avaria que esteja motivando essa provisória forma de abastecimento. O descumprimento da lei implica o cancelamento automático da cobrança da conta de água no mês em que ocorrer a interrupção do fornecimento, ainda que eventual, dos clientes atingidos.

Segundo Gonçalves, o projeto tem por objetivo maior o respeito ao contrato existente entre a empresa e o consumidor, uma vez que a Casan, independentemente do fornecimento regular ou irregular de água potável, cobra a fatura de água e esgoto dos seus clientes, além de deter a exclusividade na prestação desses serviços na maioria das cidades catarinenses.

Segundo Gonçalves, o projeto tem por objetivo maior o respeito ao contrato existente entre a empresa e o consumidor, uma vez que a Casan, independentemente do fornecimento regular ou irregular de água potável, cobra a fatura de água e esgoto dos seus clientes, além de deter a exclusividade na prestação desses serviços na maioria das cidades catarinenses.

## Nota fiscal

Projeto de lei de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB) que dispõe sobre orientação ao consumidor para a exigência de nota fiscal nos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços foi aprovado pela Assembléia. De acordo com o projeto, ficam os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviço obrigados a emitir nota fiscal e a afixar cartazes em local visível junto aos seus caixas com os seguintes dizeres: “Você quer Santa Catarina Melhor? Exija Nota Fiscal”. Os dizeres deverão ser impressos em letras com tamanho mínimo de 1,5cm de altura por 0,5cm de largura. Segundo Mello, a instalação do cartaz visa alertar o consumidor para a necessidade de evitar a sonegação de impostos.

## PLENÁRIO

# Aprovação da LDO encerra semestre legislativo

**“Todo ano há discórdia entre o que propõe o Executivo e o que os demais Poderes querem”**

Cumprindo o que determina a Constituição Estadual no seu artigo 46 (“a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias”), os deputados aprovaram nesta quarta-feira (5), antes do início do recesso parlamentar, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que servirá de base para o orçamento estadual de 2001, tendo como relator o líder do governo, Paulo Bornhausen (PFL).

No total foram apresentadas 54 emendas ao projeto do governo, sendo mantidas 31 e derrubadas 23. Outras seis foram apresentadas em destaque, sendo três aprovadas e três rejeitadas. As principais emendas aprovadas pelos deputados foram a elevação do repasse destinado ao Ministério Público, de 2% para 2,8%; o estabelecimento do conceito de receita líquida disponível a ser adotado pelo Executivo, a transferência ao Judiciário das custas e taxas judiciais e os recursos

destinados ao pagamento de precatórios judiciais e da folha dos inativos de várias categorias. Entre os principais pontos rejeitados estão a alocação de recursos para o Orçamento Regionalizado na elaboração da proposta orçamentária e a destinação de 15% do total dos recursos para investimentos para as obras do Orçamento Regionalizado.

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), disse que uma das alterações mais importantes na aprovação da LDO foi a fixação do conceito de receita líquida disponível. “Todo ano há uma discórdia entre o que propõe o Executivo e o que os demais Poderes querem. Com essa aprovação, houve clareza em saber o que integra a receita líquida disponível e o que é abatido, formando a base de cálculo para os Poderes, evitando dessa forma a diminuição de repasse para os mesmos”, afirmou Knaesel. Sobre o Orçamento Regionalizado, o presidente da Assembléia lamentou que alguns deputados não compreenderam as emendas ao OR. “Da forma como foi aprovado, o Orçamento Regionalizado não fica inviabilizado, mas as propostas complementariam-no, obrigando o Executivo a atuar de forma mais clara e efetiva”.

## Deputados pedem incentivos para o arroz irrigado

A Assembléia aprovou moção da Comissão de Agricultura, endereçada ao presidente da República e ao ministro da Agricultura, reivindicando a adoção de medidas urgentes para produção de arroz irrigado em Santa Catarina. “Há hoje cerca de 12 mil produtores catarinenses que estão apreensivos com a situação imposta à cultura do cereal. Algumas medidas precisam ser adotadas, caso contrário os produtores contabilizarão prejuízos nesta safra”, lamenta o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão.

O arroz irrigado é uma das principais culturas exploradas em Santa Catarina e

é a principal fonte de receita para 12 mil propriedades rurais, com área média de 10,21 hectares. O Estado é o terceiro produtor nacional desse cereal. Na safra 99/00, a produção foi de 772 mil toneladas, 4,6% acima da safra 98/99.

Sopelsa explicou que a Comissão está sugerindo uma série de propostas ao governo federal a fim de amenizar a situação dos produtores, entre elas, a redução das importações de arroz, a prorrogação do total das parcelas de custeio, bem como dos débitos contraídos pelos produtores nos bancos, e a redução da alíquota de impostos sobre os insumos agrícolas.

## Admissão em caráter temporário

É de origem governamental o projeto aprovado que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina. A matéria determina que as funções de magistério na Polícia Militar serão exercidas por policiais militares ou servidores admitidos em caráter temporário, de acordo com o que determina a presente lei. As designações e admissões de servidores em caráter temporário serão efetuadas pelo comandante-geral da corporação, através da Diretoria de Instrução e Ensino e Diretoria de Pessoal.

## Emenda permite autonomia à Udesc

Com o objetivo de dar autonomia à reitoria da Udesc de encaminhar projeto de lei concedendo reajuste aos servidores e professores da entidade, foi aprovada a admissibilidade da Emenda Constitucional nº 09/00 de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) e do deputado Onofre Agostini (PFL).

Sendo assim, compete ao reitor da Udesc encaminhar à Assembléia Legislativa proposta de lei estabelecendo reajuste salarial aos servidores da instituição.

A proposta dos parlamentares acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 169 da Constituição Estadual.

## Vencimentos do servidor

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Heitor Sché (PFL) que determina que os valores recebidos pelo servidor público estadual, ativo e inativo, a título de vencimento ou vantagem pecuniária (assegurada por decisão judicial em medida liminar ou sentença de mérito) não estão sujeitos à restituição aos cofres públicos caso as decisões anteriores não sejam confirmadas em instância superior.

## PLENÁRIO

### AL concede títulos de Cidadão Catarinense

De autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), foi concedido o título de cidadã-catarinense à professora de música e cantora lírica Rute Ferreira Gleber, gaúcha nascida em Pelotas em 17 de agosto de 1942 e de grande expressão na cultura catarinense. Residindo em Florianópolis há 30 anos, onde vem exercendo a sua vocação para música, recebeu o título de Cidadã Honorária de Florianópolis em 1985. Desde

1991 coordena um grupo de cantores, de onde originou-se o Estúdio Vozes, e desde 1995 coordena o es-petáculo Vozes da Primavera, na qual é solista. Por dez anos, de 1972 a 1982, foi regente titular da Associação Coral de Florianópolis.

Por solicitação do deputado Ivan Ranzolin (PPB), será homenageado também com esse título o senhor Emílio Florentino Battistella, gaúcho de Monte Belo, então distrito

de Bento Gonçalves. Nascido em 1º de dezembro de 1913, veio muito jovem morar na cidade de Tangará, em Santa Catarina. Em 1948 transferiu-se para Lages, onde instalou a primeira empresa, que deu origem à Indústria e Comércio de Madeiras Battistella, dedicando-se à industrialização de embalagens de madeira.

O empresário Ulisses Gaboardi, do ramo fosforeiro, receberá o título por proposição do deputado Onofre Agostini (PFL). Natural de Itatiba (SP), o homenageado mudou-se para Santa Catarina em 1957, quando montou sua primeira fábrica de fósforos, no município de Joaçaba.

Atualmente é proprietário da fábrica Fósforos Gaboardi S/A, em Curitiba, uma das principais fábricas do ramo no país, cuja produção atinge 1 milhão e 400 mil caixas por dia.

passado. São sócios investidores o grupo executor, a Petrobrás e a Celesc.

O objetivo da obra é a implantação de uma termelétrica movida a gás natural, com capacidade inicial de cerca de 300 mw, na região de Joinville, para estar em operação comercial até novembro de 2002.

A Carta de Compromisso Empresarial para a implantação da termelétrica foi assinada em 21 de dezembro do ano passado.

#### *Aprovados projetos de lei concedendo três novos Títulos de Cidadão Catarinense*

### SC Gás participará de usina termelétrica no Norte

Os deputados aprovaram projeto de lei de origem governamental autorizando a Companhia de Gás de Santa Catarina (SC Gás) a participar de Sociedade de Propósito Específico, destinada à implantação da Usina Termelétrica Catarinense Norte.

O empreendimento será executado pelo grupo formado pela El Paso Amazonas Energia e SC Tecnologia e Participações, conforme contrato já firmado em abril

### Assembléia mantém mais dois vetos

Os deputados mantiveram os dois vetos totais opostos pelo governador, um ao projeto de lei que autoriza a criação do Conselho Regional da Profissão Técnico de Segurança do Trabalho do Estado de Santa Catarina, na forma do regime instituído pelo art. 58 da Lei Federal nº 9.649, de 27 de maio de 1998. A justificativa para o veto é a inconstitucionalidade, já que o assunto não é da competência legislativa estadual.

O outro refere-se ao projeto de lei que fixa em R\$ 4.813,42 o valor de vencimento dos cargos de advogado do Juízo da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário. A justificativa para o veto é que o Estado de Santa Catarina já destina para pagamento de pessoal mais do que o fixado pela legislação e que a matéria afronta princípios básicos da Lei Complementar nº 101/2000.

### Publicação de atos municipais

Aprovada a Emenda Constitucional nº 006/00, de autoria de vários deputados, que modifica o parágrafo único do artigo 111 da Constituição Estadual, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do município ou da respectiva associação municipal, ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer, ou de acordo com o que determinar a sua Lei Orgânica. Os efeitos da emenda retroagem à data de promulgação da Lei Orgânica vigente no município".

A justificativa da proposta de emenda constitucional é que 90% dos municípios catarinenses publicam seus atos apenas nos murais das próprias Prefeituras ou Câmaras de Vereadores por

falta de condições financeiras para atender às atuais exigências constitucionais vigentes e, assim, ficam incursos em crime de responsabilidade se não houver justificativa prévia plausível perante os órgãos e as entidades fiscalizadoras da contas e dos atos administrativos.

Em face disso, os adversários políticos interessados em concorrer ao pleito municipal, buscando o impedimento à reeleição, estão a promover representações de inconstitucionalidade das principais leis do município, para inviabilizá-lo financeiramente e para responsabilizar criminalmente o prefeito por desobediência ao cumprimento da lei.

Entendem os deputados que a aprovação desta emenda vai regularizar situações administrativas impossíveis de serem cumpridas.

## GERAL

# Orçamento Regionalizado percorre o Estado

*Durante este mês, os deputados que integram a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado buscam as propostas prioritárias de investimentos em obras e serviços em todas as regiões*



(foto Jonas Lemos Campos)

*Parlamentares definem roteiro da Comissão Coordenadora*

A Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), inicia na próxima semana as audiências públicas regionais para a elaboração do Orçamento Regionalizado (OR). O primeiro encontro será no dia 13, em Xanxerê, no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, do qual participarão 79 municípios da região Oeste. No dia 14 a reunião acontece em Videira, no Centro de

Eventos Vitória, na qual participam 67 municípios do Planalto Serrano e Vale do Rio do Peixe. No dia 20, em Joinville, no auditório da Amunesc, um total de 29 municípios das regiões Norte e Nordeste estarão presentes. No dia 21 será a vez de Blumenau, com o encontro realizando-se no Centro Willy Siewert e reunindo 54 municípios do Vale do Itajaí e Alto Vale do Itajaí. O cronograma encerra

em Florianópolis no dia 27, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, reunindo 64 municípios da Grande Florianópolis e da região Sul do Estado.

Desde que foi transformado em lei há dois anos, o Orçamento Regionalizado possibilita aos 293 municípios catarinenses definirem quais as obras prioritárias que devem ser executadas em cada um, através de uma fatia

do Orçamento do Estado especificamente destinada para esse fim. O prazo para o governo enviar o orçamento estadual para apreciação da Assembléia termina em setembro, por essa razão a coordenadoria do OR decidiu antecipar as audiências públicas regionais para este mês. Isso vai possibilitar que as propostas colhidas nos municípios sejam enviadas em tempo hábil para as secretarias estaduais afins, para posteriormente serem incluídas no orçamento.

A expectativa é que neste ano, ao contrário do que ocorreu no ano passado, os parlamentares não apresentem emendas individuais (que depois foram vetadas pelo Governador), respaldando dessa forma as propostas colhidas nas audiências regionais. No ano passado a verba definida para o Orçamento Regionalizado 2000 foi de R\$ 27 milhões, mas apenas um percentual pequeno foi destinado aos municípios em razão do impasse com o governo do Estado.

## Agenda Orçamento Regionalizado

**Dia 13: Xanxerê**

Local: Colégio Estadual Presidente Costa e Silva

Participantes: municípios da região Oeste

**Dia 14: Videira**

Local: Centro de Eventos Vitória

Participantes: municípios do Planalto Serrano e Vale do Rio do Peixe

**Dia 20: Joinville**

Local: auditório da Amunesc

Participantes: municípios das regiões Norte e Nordeste

**Dia 21: Blumenau**

Local: Centro Willy Siewert

Participantes: municípios do Vale do Itajaí e Alto Vale do Itajaí

**Dia 27: Florianópolis**

Local: Plenarinho da Assembléia Legislativa

Participantes: municípios da Grande Florianópolis e da região Sul do Estado